



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Justiça e Violência.

## O PAPEL DAS PRODUÇÕES CULTURAIS DE MASSA NA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA, PRECONCEITO E SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Thereza Siqueira de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo vai tratar das temáticas: violência, preconceito e subjetividade, categorias presentes do comportamento cotidiano, cuja trajetória está repleta de especificidades e traz uma série de questões muito interessantes para analisarmos o cotidiano. Contextualizaremos a violência e suas variadas formas de manifestação e abordaremos o preconceito categoria do pensamento e do cotidiano e a subjetividade, ponto de reflexão sobre o processo de constituição que afeta os sujeitos e o fazer profissional do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Violência, Preconceito, Subjetividade e Serviço Social.

**Abstract:** This article deals with the themes: violence, prejudice and subjectivity, present categories of daily behavior, whose trajectory is full of specifics, which brings a series of questions that can be very interesting to analyze the daily life. We will contextualize violence and its various forms of manifestation and we will address the prejudice category of thought and daily life and subjectivity, a point of reflection on the process of constitution, affects the subjects and the professional work of Social Work.

**Keywords:** Violence, Prejudice, Subjectivity and Social Work.

## O PAPEL DAS PRODUÇÕES CULTURAIS DE MASSA NA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA, PRECONCEITO E SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

### Introdução

Este artigo consiste em discorrer sobre Violência, Preconceito, Subjetividade e Serviço Social. É resultado de reflexão teórica, estudos teóricos, observações e reflexões a partir do campo de estágio em Serviço Social, sendo esse espaço facilitador de aprendizagem.

O artigo pretende trazer uma reflexão sobre a relação do papel das produções culturais de massa na reprodução da violência, preconceito e subjetividade, pontos que afetam a todos nós, na menor particularidade de cada um. São preocupações que perpassam a relação do adolescente com a violência, nas quais ainda se observam constantes violações dos direitos humanos.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Desempregada, E-mail: mariatherezasiqueira@gmail.com.

Assim, os profissionais de Serviço Social permitem reforçar a reflexão sobre a temática, a fim de que se privilegie um olhar sobre as múltiplas e complexas determinações que atravessam seu fazer profissional.

O Serviço Social apresenta, como traço constitutivo, um caráter interventivo sobre as expressões da questão social. No universo teórico-político do Serviço Social brasileiro, temos um debate acumulado, o que nos permite a defesa intransigente dos direitos sem ceder a qualquer tipo de ilusão sobre as condições sócio-históricas postas pela sociabilidade do capital.

A questão social neste estudo é definida como um conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, impensáveis sem a intermediação do Estado, ou seja, constitui-se como expressão das desigualdades sociais, no conflito entre o Capital e o Trabalho (IAMAMOTO, 2001)

Quando falamos de violência, preconceito e subjetividade no atual modelo de sociedade vigente, não podemos deixar de falar do papel central que ocupa a indústria da cultura a serviço da lógica vigente. Vivemos na sociedade dos extremos, na sociedade da competição, na sociedade onde o particular, o individual, está sempre em primeiro plano em detrimento do coletivo.

O aparato midiático desponta para legitimar e manter a ordem vigente, mesmo que para isso haja um acirramento e aumento das expressões da questão social, como violência e preconceito.

### **A violência na sociedade contemporânea**

Uma reflexão sobre as novas formas de sociabilidade e seus reflexos na sociedade moderna, as novas formas de violência explícitas e implícitas postas no cotidiano.

Nas últimas décadas, vivenciamos com muita intensidade o relaxamento das transmissões televisivas e a metamorfose dos telejornais, que acrescentaram em sua estrutura mais emoção, com muitas cenas de ação policial, dramas pessoais, sequestro, assaltos e morte, sendo algumas em tempo real. São tantas as cenas cotidianas de violência ao nosso alcance que internalizamos e passamos a achar tudo muito normal. Esse processo de banalização da violência trouxe embutida uma sensação coletiva de medo.

De acordo com Bucci,

[...] a massificação da morte não veio apenas atizar o sadismo covarde da turba que urra em torno da arena de gladiadores-escravos, mas veio para reforçar o nosso medo de morrer pelas mãos dos excluídos. (BUCCI, 2001 p. 70)

Também nessa perspectiva, Octavio Ianni diz que:

Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do “outro”, “diferente”, “estranho”, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas da sociabilidade e nos jogos das forças sociais. (IANNI, 2002 p. 8)

Podemos afirmar que essas massificações que geram insegurança e medo vêm para reforçar nosso aval às formas de repressão policial ao outro que nos ameaça. Essa nova roupagem de jornalismo tende de forma sutil, ou não tão sutil assim, a manipular a notícia e fazer surgir da noite para o dia heróis e vilões.

Qual o interesse desse tipo de “jornalismo”? Como resposta imediata, pode-se dizer que as emissoras têm o objetivo de obter o máximo de audiência. Essa resposta também não está errada. Contudo, não podemos supor que não há intencionalidade na direção política desses meios de comunicação, direção esta que vai ao encontro do projeto societário vigente.

Portanto, a massificação nos meios de comunicação vem influenciando de forma maciça o comportamento de boa parte da população brasileira. É importante salientar que esse meio de comunicação está presente na casa dos brasileiros.

A exemplo dessa tendência, podemos citar a redução da maioria penal. Esse tema toma grandes proporções sempre que acontecem homicídios com o envolvimento de adolescentes. A mídia garante espaço de destaque aos defensores da segurança nacional.

A violência traz o sentimento de vingança. Popularismo penal é uma demagogia que explora o sentimento de vingança das pessoas, mas, politicamente falando, é uma nova forma de autoritarismo. A violência aumenta porque aumentou a miséria.

Os pobres ficaram mais pobres; e alguns ricos, nem todos, mais ricos. A política de polarização da sociedade são os que hoje pedem mais repressão sobre os setores vulneráveis da população. Querem mais mortos e, entre os infratores e policiais, mais “guerra”. Esse exemplo é uma forma de ilustrar a nossa vulnerabilidade diante da complexa organização da violência na contemporaneidade. Como cita Octavio Ianni em seu artigo “A violência na sociedade contemporânea”,

[...] as formas e as técnicas de violência nessa época estão adquirindo características novas, insuspeitadas e crescentemente brutais. É como se, de repente, uns e outros, em todas as partes do mundo, se dessem conta de

que o “Progresso”, a “Civilização”, a “Sociedade Informática”, o “Mundo Sem Fronteiras”, a “Aldeia Global” e a “Terra-Pátria” fossem simplesmente metáforas enganosas, com as quais se encobrem desigualdades e brutalidades cotidianas e inimagináveis. (IANNI, 2002 p. 7)

Notadamente a sociedade moderna tem a presença marcante da violência, do novo e também do velho repaginado. Transformar esse modo de produção em algo mais justo parece utópico, pois sabemos que a violência, seja explícita, seja implícita, é o combustível que alimenta o jogo de poder nessa sociabilidade.

Seguindo o pensamento de Ianni, “A violência parece algo intrínseco ao modo pelo qual se organiza e se desenvolve a sociedade moderna, seja ela nacional ou mundial”. (IANNI, 2002. p.11)

### **O preconceito como consequência da construção da subjetividade**

Ao pensarmos no preconceito como categoria, logo nos remetemos às ideias preestabelecidas e a conclusões antecipadas. No entanto, esta categoria vai além desse conceito, pois este não se manifesta apenas no campo das ideias, mas também a partir de pensamentos formados na subjetividade que se refletem em comportamentos cotidianos.

A vida cotidiana é insuprimível da vida social; ela é o lugar onde o indivíduo social se reproduz e é nela que nossas potencialidades são colocadas em movimento, seja por motivos humano-genéricos, quando realizamos atividades que todos os seres sociais realizam, seja por motivos particulares. A vida social é espontânea, por exigir que o indivíduo social realize todas as atividades. Ao mesmo tempo e simultaneamente, é hierárquica, exigindo assim que estabeleçamos prioridades em nossas escolhas e ações. Dessa forma, como estamos inseridos em uma sociedade capitalista, mercantil, temos a tendência de priorizar a ordem economicista, dando maior atenção a assuntos ligados a esse conteúdo. Além dessas características, a vida social é espontânea, de caráter imediatista, não permitindo tempo para se refletir nas ações que somos impelidos a realizar.

Por isso, nas demandas que aparecem no cotidiano, somos tentados a generalizar tudo e todos; criamos rótulos e estereótipos. Nas palavras de Heller, chegamos à ultrageneralização.

[...] De duas maneiras chegamos à ultrageneralização característica de nosso pensamento e de nosso comportamento cotidianos: por um lado assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são “impingidos” pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude. E nesse sentido, “toda ultrageneralização é um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento (HELLER, 2008 p. 44)

Temos que agir de modo rápido, o que nos obriga a criar juízos provisórios que são, na verdade, formas de antecipação de fatos que podem ou não ser confirmados no desdobramento de nossas ações. Assim, quando um juízo provisório se confirma, este é um juízo provisório verdadeiro; de outro modo, quando a confirmação não acontece, este se torna falso. Logo, o preconceito é um falso juízo provisório.

Dessa forma, somos guiados pelos juízos provisórios incorporados através do senso comum de uma maneira imediata. O senso comum se expressa no dia a dia e, por ser passado de geração em geração sem nenhum questionamento prévio, parece-nos natural, o que nos leva a concluir que o preconceito nada mais é que a legitimação do senso comum.

Assim, a discriminação é a cristalização do preconceito em ato. Em suas diferentes formas (preconceito racial, de gênero, orientação sexual, de classe), o preconceito ratifica a desigualdade social, estimulando através de estereótipos as diferenças entre os indivíduos e a intolerância a essas diferenças, mostrando-se funcional à ordem vigente, uma vez que o preconceito traz consigo uma série de fatores ideológicos apreendidos na nossa forma de sociabilidade. Em termos gramscianos, o preconceito é facilmente incorporado e reproduzido nos aparelhos hegemônicos de dominação, como escolas, igrejas e movimentos sociais, que ora podem ser funcionais à manutenção da ordem, ora podem ser aparelhos que contribuem para o desmantelamento dela.

Ao reproduzirmos o preconceito, estamos acriticamente concordando e nos conformando com o saber já estabelecido (o senso comum), e todas as suas formas de manifestação estão necessariamente ligadas ao contexto histórico no qual estamos inseridos. No Brasil, por exemplo, ao afirmarmos a inferioridade dos negros em relação a outras pessoas, estamos dando continuidade ao pensamento que faz parte da nossa formação sócio-histórico, que discrimina pelo não reconhecimento do outro como humano-genérico, por falsos valores criados em um certo momento, que por motivos políticos e ideológicos são repassados na manutenção de crenças que perpassam o cotidiano.

Por fim, a fé e os preconceitos nascem e são alimentados pelas motivações e necessidades particulares do indivíduo, como a religião, as crenças e a própria moral, que acabam por lhe dar uma satisfação. Dessa forma, entende-se o preconceito como a superação da particularidade do indivíduo em relação à universalidade. É enxergar o preconceito como consequência da percepção de que os valores individuais originados na subjetividade – subjetividade esta que é criada e forjada pelos meios

sociais que nos são impelidos, por exemplo, pela mídia e pelos aparelhos de dominação citados anteriormente – são superiores aos valores humano-genéricos. Somente através da reflexão crítica, saindo da esfera da cotidianidade, poderemos superar tais preconceitos. Através da problematização das esferas da vida social, da saída do conformismo que é tão natural e fácil por nos livrar de conflitos, enxergando assim a vida social com uma totalidade complexa, e não como uma parte de um todo.

### **Outra forma de violência: a violência do imaginário**

Somos seres construídos historicamente, ou seja, a forma como nos relacionamos com a própria sociedade e os demais indivíduos nela está diretamente ligada ao tempo e ao contexto histórico em que vivemos, e essa relação influencia diretamente a nossa subjetividade, criando sempre novas formas de sociabilidade. Na atualidade, houve a expansão dos meios de comunicação de massa, com destaques para a televisão, presente em quase todos os lares, influenciando quase sempre a serviço das classes dominantes, na manutenção da ordem vigente e criando novos padrões de sociabilidade e subjetividade.

A subjetividade é o mundo interno de todo e qualquer ser humano, um mundo interno composto por emoções, sentimentos e pensamentos. Ela é entendida como espaço íntimo do indivíduo (mundo interno), com o qual ele se relaciona com o mundo social (mundo externo), resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.

Maria Rita Kehl traz elementos para entender o papel da televisão e dos meios de comunicação de massa numa forma distinta de violência, que é a violência do imaginário, que para a autora é “modo de violência que é próprio do funcionamento imaginário e que incide de forma quase hegemônica sobre as culturas em que a televisão tem um lugar predominante” (KEHL, 2004, p. 87).

As produções culturais de massa têm papel primordial na concepção desse modo de violência. O apelo midiático à violência recrudescerá cada vez mais os indivíduos, que nos dias atuais possuem uma tolerância bem maior à violência em comparação aos tempos de outrora. Contudo, como Kehl fala em seu texto, essa tolerância não se dá apenas pelas imagens violentas, mas também pelo papel alienante e alienador que têm essas produções, em especial a televisão, acessíveis a quase todos os lares ou, melhor dizendo, a quase todos os lugares.

A subjetividade é o mundo interno, e o imaginário do indivíduo está diretamente ligado a essa subjetividade. Nessa perspectiva, Kehl articula suas ideias a outros autores, como Hannah Arendt, que estuda a banalidade do mal, os regimes totalitários e o “mal absoluto”, que para ela “não é o mal produzido com intenções malignas, não é o mal produzido a partir da perversão de alguém, é o mal que vem da superficialidade do ser humano, da ausência de reflexão, da banalização da condição humana” (ibid, p. 91).

Sabemos que pensar é um trabalho, e pensar nos remete a reflexão e a aprofundamento, com os quais, segundo Marx e seu materialismo histórico dialético, é possível ir para além da aparência e entender a essência; fazer esse exercício de articular de forma dialética as relações de totalidade, particularidade e singularidade, em que nossa concepção possibilita uma relação antagônica com o papel desenvolvido pelas produções culturais de massas, que serve à lógica dominante e nos oferta mais do que precisamos, nos aliena, cria conceitos e preconceitos, satisfaz desejos, molda os indivíduos ao consumo frenético, age de forma quase divinal onipresente e onisciente, como uma mãe para um bebê, que tudo sabe e oferta sempre além do esperado.

Essas alienações causadas pela televisão nos tornam indivíduos superficiais, indivíduos que não contestam a ordem e que sempre se culpabilizam pelos insucessos, ou por não conseguir adentrar aos padrões de consumo estabelecidos nessa sociedade. Segundo Arendt,

[...] vazio de pensamento é uma condição que se produz nas sociedades de massa, e é uma das condições das origens do totalitarismo – e eu me pergunto se a prevalência do imaginário, tal como nós a vivemos, não é de certa forma uma condição totalitária (ARENDR, Apud. KELH,2004 p 104).

Para entendermos de fato esse conceito de violência do imaginário, retomo Kehl:

[...] vamos nos aproximando da ideia de que uma sociedade regida por formações imaginárias torna-se uma sociedade violenta. A violência do imaginário é a resposta à ausência de sentido na nossa vida quando o pensamento é dispensado e quando os nossos únicos lugares de existência são o corpo e o ato. Esta é a violência do imaginário. (KELH,2004 p103-104)

Fica claro que é preciso um exercício constante por todos nós para romper com esse papel alienante e superficial da mídia. O aprofundamento nas teorias sócio-críticas possibilita um caminho longo a ser percorrido, mas necessário, para supressão dessa ordem, na perspectiva de estabelecer uma nova sociedade mais justa e igualitária.

### **Considerações finais**

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária não pressupõe tão-somente a punição aos que praticam a violência ou o preconceito. O grande desafio é pôr em prática ações que promovam e venham a interferir nos padrões da sociedade, assegurando a esta um atendimento qualificado e humanizado. É pensar o Serviço Social como profissão que se posiciona pela classe trabalhadora, como preceitua seu Código de Ética, numa lógica de emancipação do sujeito, a fim de romper com a alienação e exploração posta pelo capital.

O fortalecimento e a reafirmação do projeto ético-político profissional e a organização coletiva da categoria são pontos de partida que nos permitem afirmar e destacar que “no mundo de desigualdades, toda violação de direitos é violência”, (CFESS, 2012). Assim, podemos afirmar que, no contexto de absoluta precarização de condições de trabalho, os profissionais devem atuar na perspectiva de possibilitar acesso a direitos, a fim de minimizar a violência e preconceitos oriundos de diversas formas de expressões da questão social.

É preciso pensar estratégias para sensibilizar os usuários nos diversos espaços de intervenção profissional quanto a essa lógica perversa do capital de culpabilizar o indivíduo por sua condição de trabalhador, como se este, que tem sua riqueza socialmente produzida expropriada pela classe dominante, fosse o único culpado pelo que poderíamos caracterizar como o maior tipo de violência que possa existir, a exclusão social, na qual a grande maioria da população não consegue ter o mínimo para uma subsistência.

Torna-se essencial aos profissionais de Serviço Social estar atentos e buscar elementos para promover a proteção, a promoção e a garantia de direitos dos sujeitos, já que o contexto de negação e retrocesso de direitos já conquistados tem sido impositivo por elites culturais, econômicas e políticas, o que alimenta o abismo social e legitima a ordem social por meio de intervenções violentas.

Nesse contexto de retrocessos, têm os assistentes sociais a difícil tarefa de promover a proteção e a garantia de direitos, pois a dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológico da prática profissional deve estar articulada pela dimensão da ética, que norteia as ações.

Essa postura evita práticas fragmentadas, rotineiras e burocratizadas que retomem ao passado. Que suas escolhas permitam ao assistente social sempre se nortear pelo seu projeto ético-político e o seu Código de Ética, a fim de superar esta ordem, a favor da igualdade entre todos os indivíduos, independentemente de seu credo, cor, raça e religião ou simplesmente o fato de ser diferente. É possível tentar



compreender o contexto sociocultural, desvelando suas práticas como sujeitos aprendizes e construtores da história. Toda época histórica constrói uma subjetividade nas pessoas que vivem nela. Ou seja, a subjetividade é histórica e, de acordo com a época ou sociedade em que é analisada, vai apresentar características diferentes e particulares. Para analisar a subjetividade na sociedade capitalista, é necessário avaliar esta sociedade para compreender como são construídas as relações de produção e reprodução da vida social. E para tal, é necessário começar pela categoria central desta sociedade, o trabalho. Esse tema não se esgota em si mesmo, mas continua aberto a todos possam se interessar por ele.

## **REFERÊNCIAS**

BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. Videologias: ensaios sobre a televisão – o espetáculo como meio de subjetivação. São Paulo: Boitempo, 2004. Capítulo 2 (p 18 a 40, 87 a 126).

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história (sobre o preconceito). 8ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In Revista Temporalis. N. 03, jan-jun. 2001. Brasília.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society, Estudos de Sociologia, Araraquara, 2002 n.12, (p. 7-28).

Sites:

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reducao-da-idade-penal-e-a-perola-do-popularismo-penal/>. Acesso em 22/06/2019.

Disponível em: <http://www.cfess.org.br> - 41º Encontro Nacional CEFESS/CRESS - Evento que aconteceu em Palmas (TO) de 6 a 9 de setembro de 2012. Acesso em 22/06/2019.

Disponível em: <http://www.teleco.com.br/nrtv.asp>. Acesso em 17/19/2012.